



FERREIRA GOMES ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 12.489.315/0001-23

NIRE 35.300.383.656

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

DATA: 24 DE ABRIL DE 2020

HORÁRIO: 11 HORAS

ÍNDICE

1..... TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, BEM COMO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.	3
2 COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	4
3 DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	4
4 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA.....	5
ANEXO I	7
ANEXO II	31

São Paulo, 24 de março de 2020.

Prezados Senhores,

O Conselho de Administração da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, conjunto 151, Sala H, CEP 04547-006, inscrita sob o NIRE 35.300.383.656 e no CNPJ/MF sob o nº 12.489.315/0001-23, registrada na Comissão de Valores Mobiliários como companhia aberta categoria "B" sob o código 22977 ("Ferreira Gomes" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas a presente proposta da administração ("Proposta") sobre as matérias que serão deliberadas na assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada em 24 de abril de 2020, na sede social da Companhia, conforme Edital de Convocação divulgado na presente data, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; e
- (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido consolidado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo a distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) deliberar sobre a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2020.

1 TOMADA DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, BEM COMO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos ocorridos na Companhia e as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram aprovados pela Diretoria da Companhia e auditados pelos auditores da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. e, juntamente com o Parecer do Auditor

Independente, de acordo com o previsto no artigo 133, incisos I, II e III da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades Por Ações"), encontram-se à disposição dos Acionistas na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br/pt_br/), da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na sede da Companhia.

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 9º da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481"), informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

2 COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Encontra-se anexo à presente Proposta da Administração (Anexo I), o Relatório da Administração contendo os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, que correspondem ao item 10 do Anexo 24 da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), e também encontram-se à disposição dos Acionistas na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/), da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na sede da Companhia.

3 DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RELATIVO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou lucro líquido consolidado no montante de R\$ 13.302.939,51 (treze milhões, trezentos e dois mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos).

Nos termos do estatuto social da Companhia, do saldo remanescente do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 deverá ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório entre os acionistas não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo remanescente.

Face ao acima exposto, a administração da Companhia submete à Assembleia a aprovação da destinação do lucro líquido da seguinte forma:

- (i) Constituição de reserva legal de 5% (cinco por cento) do lucro líquido consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 33 do estatuto social da Companhia, no montante de R\$ 665.146,98 (seiscentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos);
- (ii) Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal decorrente da fruição de benefício fiscal de redução de imposto de renda, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 3.441.752,01 (três milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e um centavo);
- (iii) Destinação de dividendos aos acionistas da Companhia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido consolidado apurado, nos termos do artigo 34 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, excluído o montante destinado à reserva legal e o montante destinado a reserva de incentivo fiscal, nos termos dos artigos 33 e 34 do estatuto social da Companhia no montante de R\$ 2.299.010,13 (dois milhões, duzentos e noventa e nove mil, dez reais e treze centavos); e
- (iv) Considerando as propostas (i), (ii) e (iii) acima, destinação do saldo remanescente do lucro líquido consolidado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, excluído o montante destinado à reserva legal, à reserva de incentivo fiscal e à distribuição de dividendos, no montante de R\$ 6.897.030,39 (seis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, trinta reais e trinta e nove centavos) à reserva de lucros retidos.

4 PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Propõe-se que os membros do Conselho de Administração e Diretoria não recebam remuneração no exercício de 2020.

Em atendimento às disposições do artigo 12 da Instrução CVM 481 e que englobam o item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480, as informações relacionadas à remuneração da administração se encontram dispostas no Anexo II da presente Proposta da Administração, bem como encontram-se à disposição dos Acionistas na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/), da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores e na sede da Companhia.

5 CONCLUSÕES

Pelos motivos acima e em conformidade com a legislação societária aplicável, o estatuto social da Companhia e as disposições da presente Proposta da Administração, a administração da Companhia recomenda à V.Sas. a aprovação das matérias acima elencadas na Assembleia a ser realizada em 24 de abril de 2020, bem como das demais matérias a ela relacionadas.

Por fim, a administração esclarece que esta Proposta da Administração encontra-se disponível na sede social da Companhia, na página eletrônica da Companhia (www.ferreiragomesenergia.com.br), da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

Cordialmente,

José Luiz de Godoy Pereira

Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, NOS MOLDES DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480

10.1 Comentários dos diretores

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, IFRS e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia afirma que as informações abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, divulgadas em 11 de março de 2019 no seu website e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

A análise da Companhia esclarecendo os resultados e as variações das contas patrimoniais constituem uma opinião com base nas demonstrações financeiras.

A Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014, e que em 30 de abril de 2015 a UHE Ferreira Gomes encontrava-se em operação comercial plena de suas unidades geradoras, conforme demonstrado abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MWmédios)
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	84	71,6
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	84	119,2
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	84	153,1
			252	153,1

A Companhia informa que, antes da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 04 de novembro de 2014, a Companhia capitalizou-se tanto por meio de aporte de recursos realizado por seu acionista Alupar Investimento S.A., quanto por meio de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures obtendo assim os recursos necessários à construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes. Atualmente, a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas nos itens (f).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia continua realizando pagamentos significativos conforme apresentados nas rubricas de Fornecedores, Provisão para Constituição de Ativos e Provisão para Gastos Ambientais. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

A Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes Energia encerrou o exercício de 2019 com uma receita operacional bruta de R\$ 247,8 milhões, apresentando uma variação positiva de 7,95% se comparada ao exercício de 2018 que apresentou uma receita operacional bruta de R\$ 229,6 milhões. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a variação positiva foi de 7,15% se comparada ao exercício de 2017 que apresentou uma receita operacional de bruta de R\$ 214,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019 a geração operacional de caixa positiva, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 117,8 milhões. (R\$ 131,1 milhões positivo em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 112,9 milhões positivo em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2019 o lucro foi de R\$ 13,3 milhões. (R\$ 27,5 milhões de lucro em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 14,1 milhões de lucro em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia afirma que, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a liquidez geral e o índice de endividamento foram de:

(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante	75.154	136.873	124.637
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.373	9.643	13.023
Passivo circulante	102.866	136.696	123.644
Passivo não circulante	562.624	608.752	662.305
Patrimônio líquido	891.634	880.629	842.277
Liquidez geral (1)	0,12	0,20	0,18
Índice de endividamento (2)	0,75	0,85	0,93

(1) O índice de liquidez geral representa o total do ativo circulante acrescido do imposto de renda e contribuição social diferidos dividido pelo total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante.

(2) O índice de endividamento representa o total do passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido. O passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não inclui nenhum valor referente à adiantamento para aumento de capital ("AFAC"), em 31 de dezembro de 2017, inclui R\$ 16,0 milhões.

A Companhia informa que todas as obrigações contratuais decorrentes do Contrato de Concessão e solicitações efetuadas pela ANEEL foram devidamente cumpridas, não tendo, portanto, conhecimento de qualquer notificação de aplicação de multa sobre descumprimento de cláusula contratual.

A Companhia tem plenas condições financeiras para dar continuidade as atividades previstas no Contrato de Concessão.

b) estrutura de capital

A Companhia entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com as práticas de mercado.

A relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, está abaixo apresentada:

(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo	46.790	81.319	70.478
Empréstimos, financiamentos e debêntures	607.663	648.272	681.698
Patrimônio líquido	891.634	880.629	842.277
Índice de dívida bancária líquida (1)	0,63	0,64	0,73

(1) Para calcular o índice de dívida bancária líquida, a Companhia considerou o total das dívidas financeiras (representadas por empréstimos, financiamentos e debêntures, no passivo circulante e não circulante) e subtraindo o caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários divididos pelo patrimônio líquido.

O padrão de financiamentos efetuados pela Companhia foi baseado na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou no mercado de capitais por meio de emissão de dívida, conforme abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Passivo total	665.490	745.448	785.949
Patrimônio líquido	891.634	880.629	842.277
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.557.124	1.626.077	1.628.226
Capital próprio	57,26%	54,16%	51,73%
Capital de terceiros	42,74%	45,84%	48,27%

Maiores detalhes sobre os financiamentos celebrados pela Companhia podem ser obtidos no item (f).

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possuirá geração de caixa e liquidez de recursos de capital suficientes para cobrir as despesas operacionais e as dívidas com financiamentos e debêntures, embora não possa garantir e nem prever que tal situação permanecerá igual.

Abaixo, a Companhia descreve o endividamento, as disponibilidades, e o Ebitda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Dívida financeira total (1)	(607.663)	(648.272)	(681.698)
Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo	46.790	81.319	70.478
Dívida financeira líquida	(560.873)	(566.953)	(611.220)
Patrimônio líquido	891.634	880.629	842.277
Índice de endividamento líquido	0,63	0,64	0,73
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	13.303	27.528	14.015
(+) Resultado financeiro	57.404	59.870	57.691
(+) Depreciação e amortização	39.434	38.143	37.987
(+) Imposto de renda e contribuição social correntes	1.441	2.230	1.422
(+) Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.270	3.380	1.856
(=) Ebitda	117.852	131.151	112.971

(1) Dívida financeira total: correspondem às linhas de encargos de dívidas e empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial de cada exercício contábil.

d) fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia esclarece que as fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estavam dispostos da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Capital próprio	57,26%	54,16%	51,73%
Capital de terceiros	42,74%	45,84%	48,27%

As principais fontes de financiamento para investimento em ativos não circulantes da Ferreira Gomes Energia S.A. nos exercícios findos acima apresentados foram: emissão de debêntures, financiamentos do BNDES e recursos dos acionistas (por meio de "AFACs" adiantamentos de futuro de capital).

As fontes de financiamento atualmente utilizadas estão descritas no item (f) abaixo.

A Companhia declara que os recursos dos financiamentos concedidos foram utilizados para financiar a viabilização do projeto de implantação e construção do empreendimento.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia declara que em função da geração de caixa, não será necessária a utilização de forma recorrente de linhas de financiamento para a cobertura das necessidades de capital de giro. Caso a capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, a Companhia que conseguirá saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados (vide subitem 10.1g abaixo). Já que o contrato estabelecido como o BNDES veta a contratação de novos financiamentos e ou empréstimos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$ 607,7 milhões, líquido dos custos de captação no montante de R\$ 13,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures eram de R\$ 648,2 milhões, líquido dos custos de captação no montante de R\$ 14,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures era de R\$ 681,6 milhões, líquido do custo de captação no montante de R\$ 16,3 milhões. A Companhia afirma que os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas correspondem aos recursos captados e estão assim distribuídos:

(Em milhares de reais)

	31/12/2019			31/12/2018			31/12/2017		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante									
BNDES - Subcrédito A	14.870	535	15.405	14.825	570	15.395	14.723	700	15.423
BNDES - Subcrédito B	5.886	213	6.099	5.868	226	6.094	5.827	277	6.104
BNDES - Subcrédito C	664	24	688	662	26	688	657	32	689
BNDES - Subcrédito D	24.705	77	24.782	24.705	95	24.800	24.706	136	24.842
BNDES - Subcrédito E	178	6	184	112	3	115	35	1	36
3ª emissão de debêntures	14.111	748	14.859	8.340	741	9.081	2.894	721	3.615
(-) Custo de captação	(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)
Total	58.855	1.603	60.458	52.953	1.661	54.614	47.283	1.867	49.150
Moeda nacional - não circulante									
BNDES - Subcrédito A	153.663	-	153.663	168.018	-	168.018	181.586	-	181.586
BNDES - Subcrédito B	60.818	-	60.818	66.500	-	66.500	71.870	-	71.870
BNDES - Subcrédito C	6.863	-	6.863	7.502	-	7.502	8.109	-	8.109
BNDES - Subcrédito D	49.409	-	49.409	74.114	-	74.114	98.819	-	98.819
BNDES - Subcrédito E	1.841	-	1.841	1.274	-	1.274	433	-	433
3ª emissão de debêntures	286.315	-	286.315	289.512	-	289.512	286.552	-	286.552
(-) Custo de captação	(11.704)	-	(11.704)	(13.262)	-	(13.262)	(14.821)	-	(14.821)
Total	547.205	-	547.205	593.658	-	593.658	632.548	-	632.548

A Companhia apresenta abaixo um breve descritivo sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2019:

3ª emissão de debêntures: Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão no montante de R\$ 210,9 milhões em debêntures simples não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1 mil, os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017, que compreenderam o período de carência. Durante o período de carência a Companhia desembolsou o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% foram incorporados ao valor principal da dívida, O montante incorporado ao principal foi de R\$ 37.058. Em 15 de dezembro de 2017 ocorreu a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

A acionista Alupar Investimento S.A. é garantidora da Companhia. As debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos). Em 31 de dezembro de 2019 a empresa atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: a Companhia celebrou o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.1390.1 com o BNDES em 28 de dezembro de 2012, no valor total de R\$ 470,6 milhões, sendo que até 31 de dezembro de 2019 foram liberados o montante de R\$ 470,6 milhões.

A acionista Alupar Investimento S.A. é garantidora da Companhia. O contrato possui cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas anualmente com base nas informações da Companhia, tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos).

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Os encargos, saldos liberados e datas de amortização podem ser sumarizados da seguinte forma:

(Em milhares de reais)

Subcrédito	Finalidade	Encargos	Valor do contrato	Saldo liberado	Início amortização	Fim da amortização
Subcrédito A	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	198.420	198.420	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito B	Investimentos Gerais UHE FG	2,34% a.a + TJLP	78.540	78.540	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito C	Instalações de Transmissão UHE FG	2,34% a.a + TJLP	9.500	9.500	15/05/2015	15/04/2031
Subcrédito D	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	2,5% a.a	181.850	181.850	15/05/2015	15/12/2022
Subcrédito E	Investimentos Sociais	TJLP	2.300	2.273	15/12/2017	15/04/2031
Total			470.610	470.583		

Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES foram incorporados ao principal, trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. Até 30 de abril de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 53,6 milhões ao principal da dívida

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia afirma que não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras além das descritas acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia afirma que não há grau de subordinação entre as dívidas existentes, no entanto conforme concurso universal de credores em hipótese de falência os créditos serão liquidados por ordem de prioridade, obedecendo a seguinte ordem: os direitos trabalhistas dos funcionários (limitados a 150 salários mínimos por credor, e decorrentes de acidentes de trabalho), créditos tributários, recursos captados de terceiros e fornecedores, respectivamente.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

3ª emissão de debêntures: a escritura de emissão impôs as restrições previstas nas respectivas hipóteses de vencimento antecipado das debêntures, que são as usuais de mercado para esse tipo de operação, tais como: situações de insolvência (falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou extinção) da Companhia ou da Alupar Investimento S.A., na qualidade de fiadora (“Alupar”), descumprimento de obrigações pecuniárias relacionadas às debêntures, declaração de vencimento antecipado de qualquer outra dívida financeira ou acordo da Companhia em valor superior a R\$ 15 milhões, ou da Alupar em valor superior a R\$ 20 milhões, não cumprimento pela Alupar de sentença judicial transitada em julgado em valor superior a R\$ 20 milhões e redução do capital da Companhia ou da Alupar.

Além de algumas obrigações, tais como não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório, conforme previsto, na data de emissão, no artigo 34 do Estatuto Social da Emissora.

As debêntures possuem *covenants* a serem apurados com base nas informações trimestrais e as demonstrações financeiras padronizadas apresentadas pela Emissora a CVM. A Alupar monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos *covenants* previstos na escritura de emissão.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Ferreira Gomes Energia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Todas as hipóteses de vencimento antecipado e *covenants* previstas na escritura de emissão estão descritas no item 18.10 do Formulário de Referência.

Contrato BNDES nº 12.2.1390.1: há restrições impostas à Companhia com relação à redução do quadro de pessoal e a inclusão de dispositivo no estatuto social da Companhia pelo qual seja exigido quórum especial para aprovação ou deliberação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia por seus controladores. Ainda, a Companhia está obrigada a observar as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES (Resolução 665/87) e as Normas e Instruções de Acompanhamento (Resolução 660/87), que podem ser encontradas no *website* do BNDES, e deve obedecer às restrições nelas contidas, conforme aplicável.

O contrato estabelece cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As informações sobre os níveis de endividamento estão demonstradas no item 3.7 do Formulário de Referência.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia declara que todos os recursos obtidos por meio dos financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista e respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Companhia afirma que os recursos obtidos por meio da 3ª emissão de debêntures foram integralmente utilizados, nos termos da respectiva escritura de emissão, enquanto que em relação aos recursos oriundos do Contrato BNDES nº 12.2.1390.1, aproximadamente 99% (noventa e quatro por cento) do valor empréstimo contratado já foi liberado à Companhia.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir a Companhia comenta as alterações significativas das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 descrevendo as principais variações ocorridas nestas datas.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH	31/12/2017	AV	AH
Ativo								
Circulante	75.154	4,8%	136.873	8,4%	-45,1%	124.637	7,7%	9,8%
Caixa e equivalentes de caixa	10.797	0,7%	38.525	2,4%	-72,0%	18.541	1,1%	107,8%
Investimentos de curto prazo	3.772	0,2%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Títulos e valores mobiliários	-	0,0%	42.794	2,6%	-100,0%	51.937	3,2%	-17,6%
Contas a receber de clientes	57.081	3,7%	52.611	3,2%	8,5%	48.663	3,0%	8,1%
Devedores diversos	53	0,0%	54	0,0%	-1,9%	152	0,0%	-64,5%
Despesas pagas antecipadamente	2.295	0,1%	1.316	0,1%	74,4%	1.335	0,1%	-1,4%
Tributos e contribuições sociais a compensar	1.156	0,1%	1.573	0,1%	-26,5%	4.009	0,2%	-60,8%
Não circulante	1.481.970	95,2%	1.489.204	91,5%	-0,5%	1.503.589	92,3%	-1,0%
Títulos e valores mobiliários	32.221	2,1%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.373	0,2%	9.643	0,6%	-65,0%	13.023	0,8%	-26,0%
Depósitos judiciais	349	0,0%	354	0,0%	-1,4%	-	0,0%	100,0%
Outros ativos	1.882	0,1%	375	0,0%	401,9%	50	0,0%	650,0%
Despesas pagas antecipadamente	10.457	0,7%	11.725	0,7%	-10,8%	12.993	0,8%	-9,8%
Imobilizado	1.423.848	91,4%	1.456.694	89,6%	-2,3%	1.466.459	90,1%	-0,7%
Intangível	9.840	0,6%	10.413	0,6%	-5,5%	11.064	0,7%	-5,9%
Total do ativo	1.557.124	100,0%	1.626.077	99,9%	-4,2%	1.628.226	100,0%	-0,1%
Passivo								
Circulante	102.866	6,6%	136.696	8,4%	-100,0%	123.644	7,6%	10,6%
Fornecedores	6.840	0,4%	8.876	0,5%	-22,9%	32.852	2,0%	-73,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	60.458	3,9%	54.614	3,4%	10,7%	49.150	3,0%	11,1%
Arrendamentos	261	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Salários e férias a pagar	155	0,0%	55	0,0%	181,8%	56	0,0%	-1,8%
Tributos e contribuições sociais a recolher	6.515	0,4%	4.669	0,3%	39,5%	3.131	0,2%	49,1%
Dividendos declarados	10.082	0,6%	7.785	0,5%	29,5%	2.609	0,2%	198,4%
Uso do bem público	1.566	0,1%	1.520	0,1%	3,0%	1.416	0,1%	7,3%
Provisão para constituição de ativos	11.239	0,7%	53.281	3,3%	-78,9%	27.391	1,7%	94,5%
Provisões para gastos ambientais	109	0,0%	1.077	0,1%	-89,9%	3.780	0,2%	-71,5%
Encargos setoriais	5.114	0,3%	4.350	0,3%	17,6%	3.156	0,2%	37,8%
Credores diversos	527	0,0%	469	0,0%	12,4%	103	0,0%	355,3%
Não circulante	562.624	36,1%	608.752	37,4%	-7,6%	662.305	40,7%	-8,1%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	547.205	35,1%	593.658	36,5%	-7,8%	632.548	38,8%	-6,1%
Arrendamentos	734	0,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	16.000	1,0%	-100,0%
Provisões para contingências	381	0,0%	1.109	0,1%	-65,6%	1.296	0,1%	-14,4%
Provisão para gastos ambientais	734	0,0%	734	0,0%	0,0%	734	0,0%	0,0%
Uso do bem público	13.570	0,9%	13.251	0,8%	2,4%	11.727	0,7%	13,0%
Patrimônio líquido	891.634	57,3%	880.629	54,1%	-100,0%	842.277	51,7%	4,6%
Capital social	807.081	51,8%	807.081	49,6%	0,0%	791.081	48,6%	2,0%
Reserva de lucros	84.553	5,4%	73.548	4,5%	15,0%	51.196	3,1%	43,7%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.557.124	100,0%	1.626.077	99,9%	-4,2%	1.628.226	100,0%	-0,1%

Ativo circulante

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2019 houve redução de 72% no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2018, a variação apresentada refere-se à reclassificação de títulos e valores mobiliários para o ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2018 houve aumento de 15,4% no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2017, a variação apresentada refere-se aos montantes exigidos para formação de garantias estabelecida pelos contratos do BNDES e das Debêntures. Em 29 de junho de 2018, a Companhia efetuou o depósito de R\$ 9.500 na conta reserva BNDES de modo a estar adimplente com o cumprimento do Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) do contrato de financiamento do BNDES, conforme determina a cláusula décima primeira, do item XVI, alínea (ii) do referido contrato.

Cientes a receber

Em 31 de dezembro de 2019 houve aumento de 8,5% no saldo da conta de clientes a receber se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2018, o aumento refere-se basicamente a valores de inadimplência retidos na câmara de comercialização de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2018 houve aumento de 8,1% no saldo da conta de clientes a receber se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2017, o aumento refere-se basicamente a valores de inadimplência retidos na câmara de comercialização de energia elétrica.

Despesas pagas antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2019 houve aumento de 74,4% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2018, o aumento refere-se a novas apólices de seguros contratadas no exercício.

Em 31 de dezembro de 2018 houve redução de 1,4% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2017, a redução reflete substancialmente a amortização da despesa antecipada do período.

Tributos e contribuições sociais a compensar

Em 31 de dezembro de 2019 houve redução de 26,5% no saldo da conta contábil de tributos e contribuições sociais a compensar se comparado ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2018, a variação negativa deve-se substancialmente a utilização de saldo negativo de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Em 31 de dezembro de 2018 houve redução de 60,8% no saldo da conta contábil de tributos e contribuições sociais a compensar se comparado ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2017, a variação negativa deve-se substancialmente a utilização de saldo negativo de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Não circulante

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019 houve a reclassificação de títulos e valores mobiliários do ativo circulante para o ativo não circulante.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 houve redução de 65% no saldo da conta contábil de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da utilização dos tributos no exercício de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 houve redução de 26% no saldo da conta contábil de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da utilização dos tributos no exercício de 2017.

Despesas pagas antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2019 houve redução de 10,8% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2018, a redução deve-se substancialmente a amortização do prêmio referente ao risco hidrológico.

Em 31 de dezembro de 2018 houve redução de 9,8% no ativo circulante no saldo da conta de despesas pagas antecipadamente se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2017, a redução deve-se substancialmente a amortização do prêmio referente ao risco hidrológico.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos do imobilizado eram de R\$ 1.424 milhões e R\$ 1.457 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos do imobilizado eram de R\$ 1.457 milhões e R\$ 1.466 milhões, respectivamente.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2019 houve redução de 5,5% no ativo intangível se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2018, a redução reflete substancialmente a amortização do exercício.

Em 31 de dezembro de 2018 houve redução de 5,9% no ativo intangível se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2017, a redução reflete substancialmente a amortização do exercício.

Passivo circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 houve redução de 23% no saldo da conta fornecedores quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2018, em decorrência de substancialmente da quitação da compra de energia elétrica realizada no exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2018 houve redução de 73% no saldo da conta fornecedores quando comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2017, em decorrência de substancialmente da quitação da compra de energia elétrica realizada no exercício anterior.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures registrado no curto prazo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 60,5 milhões e apresentou um aumento de 10,7% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018. A variação é justificada pelos juros incorridos sobre a dívida da Companhia.

O saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures registrado no curto prazo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 54,6 milhões e apresentou um aumento de 11,1% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017. A variação é justificada pelos juros incorridos sobre a dívida da Companhia.

Salários e férias a pagar

O saldo da conta contábil em 31 de dezembro de 2019 apresentou um aumento 181,8% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018 em decorrência da internalização de prestadores de serviço de manutenção.

O saldo da conta contábil em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não apresentou variação.

Tributos e contribuições sociais a recolher

Em 31 de dezembro de 2019 houve aumento de 39,5% no saldo da conta tributos e contribuições sociais a recolher se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2018, a variação refere-se principalmente ao aumento dos tributos sobre receita operacional bruta.

Em 31 de dezembro de 2018 houve aumento de 49,1% no saldo da conta tributos e contribuições sociais a recolher se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2017, a variação refere-se principalmente ao aumento dos tributos sobre receita operacional bruta.

Provisão para constituição de ativos

Em 31 de dezembro de 2019 houve redução de 78,9% no saldo da rubrica provisão para constituição de ativos se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2018, a redução ocorreu devido à realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 houve aumento de 94,5% no saldo da rubrica provisão para constituição de ativos se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2017, o aumento ocorreu devido à provisão de procedimento arbitral decorrente de "Contrato de Empreitada".

Provisões para gastos ambientais

Em 31 de dezembro de 2019 houve redução de 89,8% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2018, a redução se deu devido à realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 houve redução de 71,5% no saldo da rubrica provisões para gastos ambientais se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2017, a redução se deu devido à realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos financiamentos e debêntures contabilizadas no passivo não circulante nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 eram de R\$ 547,2 milhões e R\$ 593,6 milhões, respectivamente.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não há saldo na conta de adiantamento para futuro aumento de capital, em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R\$ 16,0 milhões. Os montantes foram aportados pela acionista Alupar Investimento S.A. no decorrer dos exercícios com a finalidade de conclusão da obra e de suporte às atividades operacionais.

Patrimônio líquido

Capital social

O saldo do capital social em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 eram e R\$ 807,1 milhões, R\$ 807,1 milhões, 791,1 milhões, respectivamente. As variações se deram devido aos aportes recebidos, e que foram integralizados ao capital social da Companhia conforme atos societários.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH	31/12/2017	AV	AH
Receita operacional líquida	222.488	1058,76%	205.790	621,01%	8,1%	192.982	1115,95%	6,6%
Custos operacionais	(138.753)	-660,29%	(110.261)	-332,73%	25,8%	(114.733)	-663,46%	-3,9%
Energia elétrica comprada	(60.030)	-285,67%	(34.994)	-105,60%	71,5%	(45.474)	-262,96%	-23,0%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(18.873)	-89,81%	(18.931)	-57,13%	-0,3%	(19.428)	-112,35%	-2,6%
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - CFURH	(6.986)	-33,24%	(6.736)	-20,33%	3,7%	(4.753)	-27,49%	41,7%
Outros custos operacionais	(14.031)	-66,77%	(11.853)	-35,77%	18,4%	(7.487)	-43,29%	58,3%
Depreciação e amortização	(38.458)	-183,01%	(37.372)	-112,78%	2,9%	(37.216)	-215,21%	0,4%
Uso do bem público - UBP	(375)	-1,78%	(375)	-1,13%	0,0%	(375)	-2,17%	0,0%
Lucro bruto	83.735	398,47%	95.529	288,28%	-12,3%	78.249	452,49%	22,1%
Resultado antes do resultado financeiro	(5.317)	-25,30%	(2.521)	-7,61%	110,9%	(3.265)	-18,88%	-22,8%
Pessoal	(396)	-1,88%	(90)	-0,27%	340,0%	(121)	-0,70%	100,0%
Depreciação e amortização	(601)	-2,86%	(396)	-1,20%	51,8%	(396)	-2,29%	0,0%
Despesas gerais e administrativas	(4.320)	-20,56%	(2.035)	-6,14%	112,3%	(2.771)	-16,02%	-26,6%
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	0,00%	-	0,00%	0,0%	-	0,00%	0,0%
Outras receitas	-	0,00%	-	0,00%	0,0%	23	0,13%	0,0%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	78.418	373,17%	93.008	280,67%	-15,7%	74.984	433,61%	24,0%
Resultado financeiro	(57.404)	-273,17%	(59.870)	-180,67%	-4,1%	(57.691)	-333,61%	3,8%
Despesa financeira	(61.173)	-291,11%	(63.790)	-192,50%	-4,1%	(62.550)	-361,71%	2,0%
Receita financeira	3.769	17,94%	3.920	11,83%	-3,9%	4.859	28,10%	-19,3%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	21.014	100,00%	33.138	100,00%	-36,6%	17.293	100,00%	91,6%
Imposto de renda	(126)	-0,6%	(147)	-0,4%	-14,3%	(275)	-1,6%	-46,5%
Contribuição social	(1.315)	-6,3%	(2.083)	-6,3%	-36,9%	(1.146)	-6,6%	81,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.270)	-29,8%	(3.380)	-10,2%	85,5%	(1.856)	-10,7%	82,1%
Lucro (prejuízo) do exercício	13.303	63,31%	27.528	159,19%	-51,7%	14.016	81,05%	96,4%

Em 31 de dezembro de 2019 houve aumento de 8,1% na receita operacional líquida, se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2018, o aumento refere-se basicamente a resultado positivo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Os custos operacionais do exercício de 2019 apresentam variação positiva de 25,8% se comparado ao exercício de 2018, justificado pelo aumento na compra de energia elétrica. As despesas do exercício de 2019 apresentam variação de positiva de 110,9% se comparado ao exercício de 2018, justificada principalmente pelo aumento na linha de serviços de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2018 houve aumento de 6,6% na receita operacional líquida, se comparado ao exercício imediatamente anterior 31 de dezembro de 2017, o aumento refere-se basicamente a resultado positivo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Os custos operacionais do exercício de 2018

apresentam variação negativa de 3,9% se comparado ao exercício de 2017, justificado pela redução na linha de energia elétrica comprada para revenda. As despesas do exercício de 2018 apresentam variação de negativa de 22,8% se comparado ao exercício de 2017, justificada principalmente pela redução na linha de serviços de terceiros.

Fluxos de caixa

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 – Método indireto

(Em milhares de reais, exceto percentuais)

Fluxos de caixa	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH	31/12/2017	AV	AH
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	107.978	540,3%	101.947	510,1%	5,9%	100.174	1127,7%	1,8%
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de investimentos	(39.126)	-195,8%	10.176	50,9%	-484,5%	(19.042)	-214,4%	-153,4%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(96.580)	-483,3%	(92.139)	-461,1%	4,8%	(72.249)	-813,3%	27,5%
Variação no caixa líquido da Companhia	(27.728)	-138,8%	19.984	100,0%	-238,8%	8.883	100,0%	125,0%

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi negativa em R\$ 27,8 milhões, representando uma redução de R\$ 47,7 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A variação no caixa líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi positiva em R\$ 19,9 milhões, representando um aumento de R\$ 11,1 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Estas variações podem ser explicadas pelos seguintes motivos:

Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais

A variação de 5,9% no caixa líquido proveniente das atividades operacionais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, refere-se principalmente ao lucro que a Companhia obteve de R\$ 13,3 milhões em virtude do aumento das receitas operacionais auferidas junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A variação apresentada refere-se ao saldo remanescente dos recursos recebidos da contraprestação pela venda de energia elétrica, subtraído pela utilização dos recursos aplicados nas operações da Companhia, bem como amortização de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A variação de 1,8% no caixa líquido proveniente das atividades operacionais entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, refere-se principalmente ao lucro que a Companhia obteve de R\$ 27,5 milhões em virtude do aumento das receitas operacionais auferidas junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A variação apresentada refere-se ao saldo remanescente dos recursos recebidos da contraprestação pela venda de energia elétrica, subtraído pela utilização dos recursos aplicados nas operações da Companhia, bem como amortização de principal e juros de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos

A redução de 484,5% no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 se comparado a 31 de dezembro de 2018 é decorrente de resgates em títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 14,9 milhões e realização dos valores provisionados dos gastos com fornecedores e prestadores de serviços da Companhia no montante de R\$ 42,0 milhões.

A redução de 153,4% no caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 se comparado a 31 de dezembro de 2017 é decorrente de resgates em títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 38,6 milhões.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O aumento na variação de 4,8% no caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2019 em relação a 31 de dezembro de 2018, é em função da amortização dos juros e do principal do financiamento do BNDES e da amortização de juros da 3ª emissão de debêntures.

O aumento na variação de 27,5% no caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018 em relação a 31 de dezembro de 2017, é em função da amortização dos juros e do principal do financiamento do BNDES e da amortização de juros da 3ª emissão de debêntures.

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações do Emissor, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita, e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta			
Suprimento de energia - ambiente regulado	105.498	101.019	98.068
Suprimento de energia - ambiente livre	36.593	10.885	-
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	94.052	71.541	89.489
Ajuste positivo CCEE	11.727	46.168	26.732
	247.870	229.613	214.289
Deduções			
PIS - Programa de integração social	(3.991)	(3.767)	(3.342)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(18.383)	(17.352)	(15.396)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.778)	(2.058)	(1.925)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(1.230)	(646)	(644)
	(25.382)	(23.823)	(21.307)
Receita operacional líquida	222.488	205.790	192.982

A Companhia auferiu R\$ 18,3 milhões a mais de receita de venda de energia em 31 de dezembro de 2019, se comparada ao exercício imediatamente anterior de 31 de

dezembro de 2018. O aumento refere-se substancialmente ao resultado positivo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A Companhia auferiu R\$ 15,3 milhões a mais de receita de venda de energia em 31 de dezembro de 2018, se comparada ao exercício imediatamente anterior de 31 de dezembro de 2017. O aumento refere-se substancialmente ao resultado positivo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Os custos e despesas que afetaram o resultado da Companhia bem como a variação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão abaixo apresentados:

	31/12/2019	31/12/2018	Variação %	31/12/2017	Variação %	31/12/2016	Variação %
Receita operacional bruta	247.870	229.613	7,95%	214.289	7,15%	183.496	16,78%
(-) Deduções da receita operacional	(25.382)	(23.823)	6,54%	(21.307)	11,81%	(16.662)	27,88%
Programa de Integração Social - PIS	(3.991)	(3.767)	5,95%	(3.342)	12,72%	(2.543)	31,42%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(18.383)	(17.352)	5,94%	(15.396)	12,70%	(11.715)	31,42%
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.778)	(2.058)	-13,61%	(1.925)	6,91%	(1.648)	16,81%
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(1.230)	(646)	90,40%	(644)	0,31%	(756)	-14,81%
Receita operacional líquida	222.488	205.790	8,11%	192.982	6,64%	166.834	15,67%
(-) Custos e despesas operacionais	(144.070)	(112.782)	-100,00%	(117.998)	-4,42%	(111.033)	6,27%
Energia elétrica comprada	(60.030)	(34.994)	-100,00%	(45.474)	-23,05%	(32.315)	40,72%
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	(18.873)	(18.931)	-100,00%	(19.428)	-2,56%	(19.398)	0,15%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(6.986)	(6.736)	-100,00%	(4.753)	41,72%	(4.821)	-1,41%
Depreciação e amortização	(39.059)	(37.768)	-100,00%	(37.612)	0,41%	(37.996)	-80,30%
Uso do bem público - UBP	(375)	(375)	-100,00%	(375)	0,00%	(375)	9929,87%
Despesas gerais e administrativas	(4.320)	(2.035)	-100,00%	(2.771)	-26,56%	(3.877)	-90,33%
Pessoal	(396)	(90)	-100,00%	(121)	-25,62%	(742)	-83,69%
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Outros custos operacionais	(14.031)	(11.853)	-100,00%	(7.487)	58,31%	(11.586)	-35,38%
Outras receitas	-	-	0,00%	23	0,00%	77	-70,13%
Resultado financeiro	(57.404)	(59.870)	-100,00%	(57.691)	3,78%	(70.821)	-18,54%

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Informação facultativa à categoria B.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do Emissor

Informação facultativa à categoria B.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional após a constituição da Emissora, em 10 de agosto de 2010.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 as demonstrações financeiras da Companhia não tiveram efeitos significativos em função de alterações nas práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não apresentam ressalvas e/ou ênfase.

10.5. – Políticas contábeis críticas

Item não aplicável, tendo em vista que o Emissor é registrado na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 2º, II, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

10.6 - A Companhia deve descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia declara que todos os ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial. A Companhia possui, na qualidade de consumidora, contratos de compra e venda de produtos e serviços firmados que são registrados à medida que os

produtos são recebidos ou os serviços são realizados. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do Emissor

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do Emissor em decorrência da operação

Não aplicável, considerando que não há quaisquer itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

Não há o que comentar sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia. Tendo em vista, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

10.8 – Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do Plano de Negócios do Emissor, explorando especificamente os seguintes pontos:

a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A Ferreira Gomes Energia S.A. é uma sociedade de propósito específico constituída pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar") para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes ("UHE Ferreira Gomes" ou "Projeto"), cuja concessão foi ganha pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL em Julho de 2010. O Contrato de

Concessão foi firmado em 09 de Novembro de 2010, com a Ferreira Gomes recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

A UHE Ferreira Gomes possui capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 153,1 MW e está localizada no Rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá e que a Companhia entrou em operação comercial de forma antecipada no decorrer do exercício de 2014. As datas de entrada em operação bem como as demais informações das unidades geradoras estão abaixo apresentadas:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Potência instalada (MW)	Garantia física total (MW médios)
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	84	71,6
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	84	119,2
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	84	153,1
			252	153,1

Cumprindo com a sistemática do Leilão, a Alupar obteve a concessão da UHE Ferreira Gomes oferecendo um preço de energia de R\$ 69,78 / MWh, tendo por referência o mês de agosto de 2010, no Ambiente de Comercialização Regulado ("ACR"), o que representou um deságio de 15,93% em relação ao preço máximo de R\$ 83 / MWh estabelecido para o Leilão.

No âmbito do ACR, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do Leilão, com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2015 e 30 anos de duração. Os contratos foram assinados em 17 de maio de 2011 e 26 de abril de 2011.

A implantação da UHE Ferreira Gomes foi conduzida a partir de uma Estrutura de Contratação Direta pela sociedade de propósito específico que fez o gerenciamento de riscos do Projeto.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Entre as possíveis fontes de financiamento dos investimentos que serão realizados pelo Emissor para a implementação de seu plano de negócios, estão contratos financeiros que poderão ser celebrados junto a bancos comerciais, governamentais e/ou agências multilaterais, assim como a captação de recursos via mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários, tais como os representativos de dívida. Atualmente a Companhia utiliza as fontes de financiamento descritas no item 10.1 (f).

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Emissor

Todos os investimentos que já foram divulgados pela Companhia já estão descritos no item 10.10 (a) acima.

Adicionalmente a Companhia possui, atualmente, as seguintes marcas registradas perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual – INPI.

Marca	Duração
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 830979565, mista, classe 37	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 830979573, nominativa, classe 37	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903717930, nominativa, classe 42	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903717980, nominativa, classe 40	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718030, nominativa, classe 39	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718065, nominativa, classe 35	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718154, mista, classe 42	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718197, mista, classe 40	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718251, mista, classe 39	10 anos a partir da data de concessão do registro
"FERREIRA GOMES" em nome de Ferreira Gomes Energia S.A nº 903718286, mista, classe 35	10 anos a partir da data de concessão do registro

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo Emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo Emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia tem por objeto exclusivo (i) construir, operar e explorar do potencial de energia hidráulica da UHE Ferreira Gomes, bem como das respectivas instalações de transmissão; e (ii) comercializar ou utilizar a energia elétrica por ela produzida, não havendo novos produtos e serviços desenvolvidos ou em desenvolvimento pela Companhia.

10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens dessa seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas ao longo do item 10.

ANEXO II

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Itens 13.2, 13.7, 13.13, 13.15 e 13.16 do Formulário de Referência da Companhia | Itens obrigatórios às companhias com registro na categoria B)

(conforme artigo 12, inciso II, da Instrução CVM 481)

13.2. Remuneração prevista para o exercício social corrente 2020 e reconhecidas nos exercícios de 2017/2018/2019 para o Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

Remuneração total prevista para o exercício social corrente (2020) – Valores Anuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	3
Nº de membros remunerados	-	-
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-
Remuneração por Participação em Comitês	-	-
Outros	-	-
Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação nos Resultados	-	-
Remuneração por Participação em Reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-

Benefícios Motivados pela Cessação do Cargo	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-
Total da Remuneração	-	-

Remuneração total do exercício social encerrado em 31.12.2019 – Valores Anuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	3
Nº de membros remunerados	-	-
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-
Remuneração por Participação em Comitês	-	-
Outros	-	-
Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação nos Resultados	-	-
Remuneração por Participação em Reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
Benefícios Pós- Emprego	-	-
Benefícios Motivados pela Cessação do Cargo	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-
Total da Remuneração	-	-

Remuneração total do exercício social encerrado em 31.12.2018 – Valores Anuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	3
Nº de membros remunerados	-	-
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-
Remuneração por Participação em Comitês	-	-
Outros	-	-
Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação nos Resultados	-	-
Remuneração por Participação em Reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Benefícios Motivados pela Cessação do Cargo	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-
Total da Remuneração	-	-

Remuneração total do exercício social encerrado em 31.12.2017 – Valores Anuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3	3
Nº de membros remunerados	-	-
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-
Remuneração por Participação em Comitês	-	-
Outros	-	-
Remuneração variável		
Bônus	-	-
Participação nos Resultados	-	-
Remuneração por Participação em Reuniões	-	-
Comissões	-	-
Outros	-	-
Benefícios Pós- Emprego	-	-
Benefícios Motivados pela Cessação do Cargo	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-
Total da Remuneração	-	-

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não aprovou, nos últimos três exercícios sociais, plano de remuneração por ações.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não foi reconhecida no resultado da Companhia, nos últimos 3 exercícios sociais, remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria (considerando que o Conselho Fiscal da Companhia nunca foi instalado), que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis aplicáveis.

13.15. - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável, tendo em vista que nossos administradores não recebem remuneração de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas.

13.16 - Outras informações que a Companhia julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas.